

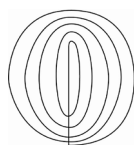
Versão PDF da entrada

ENTIDADES FICCIONAIS

da EDIÇÃO DE 2013 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2013 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Entidades Ficcionais
Copyright © 2013 do autor
Fiore Salis

Todos os direitos reservados

Entidades Ficcionalis

Entre os assuntos debatidos mais fervorosamente em filosofia analítica contemporânea encontram-se aqueles relacionados com a natureza e os fundamentos da ficção. Um deles diz respeito à distinção entre ficção e não-ficção, que pertence à área da estética. Outro diz respeito à natureza dos recursos cognitivos e linguísticos necessários para produzir e apreciar ficção, que pertence à filosofia da mente, ciência cognitiva e filosofia da linguagem. Um outro assunto diz respeito à questão de haver ou não entidades ficcionais enquanto objectos dos nossos pensamentos e discurso acerca de personagens ficcionais e, se existirem quaisquer tais entidades, qual é de facto a sua natureza. Este assunto, que pertence à área da metafísica, será o foco desta entrada.

Em filosofia da ficção, o termo ‘personagens ficcionais’ aplica-se apenas àquelas personagens originalmente introduzidas numa obra de ficção. As personagens ficcionais são, e.g., pessoas ficcionais (Emma Woodhouse, Pinóquio), coisas ficcionais (a letra escarlate, as botas de sete léguas), lugares ficcionais (Lilliput, Macondo) e (de acordo com Friend 2007) *talvez* também eventos ficcionais (a morte de Ofélia, o naufrágio de Crusoe), que não devem ser confundidas com personagens mitológicas (Pégaso, Ódim), supostos de falsas teorias científicas (Flogisto, Vulcano) e invenções da nossa imaginação (o bicho-papão, o amigo imaginário de uma criança). Ademais, apesar de Paris representar um papel essencial em *Os Miseráveis* de Victor Hugo, e Virgílio desempenhar um papel fundamental na *Divina Comédia* de Dante, nem Paris nem Virgílio são personagens ficcionais (Thomasson 1999; Friend 2003; para uma visão diferente, ver Castañeda (1990: 274-5); Lamarque and Olsen (1994: 126, 293); Voltolini 2013, (2006: 117-124); Bonomi 2008). Assim, se há realmente personagens ficcionais, elas pertencem a uma classe especial de entidades conhecida como *entidades ficcionais*.

De acordo com a conhecida distinção introduzida por Amie Thomasson 1999, existem duas questões diferentes que os filósofos podem colocar acerca de entidades ficcionais. A primeira é a que Thomasson chama a questão *metafísica*: se houvessem entidades ficcionais, como seriam elas? A segunda é a que ela chama a questão

Publicado pela primeira vez em 2013

Traduzido por Elton Marques e Ricardo Miguel

ontológica: será que há tais entidades? Enquanto que a questão metafísica diz respeito à própria *natureza* das entidades ficcionais, a questão ontológica diz respeito às *motivações* que podem ser aduzidas a favor ou contra supor entidades ficcionais na nossa ontologia. Vamos considerar cada questão em separado, a primeira em primeiro lugar, e a segunda em segundo.

1 A metafísica da ficção

Os filósofos da ficção encaram o dado inicialmente intuitivo de que as entidades ficcionais não existem como os objectos físicos comuns. Por exemplo, dizemos que Hamlet não existe e que a Terra Média é apenas uma ficção. Dependendo da interpretação que fazem deste dado, eles dividem-se em dois partidos opostos. Os *irrealistas ficcionais* acreditam que não há tais entidades e sustentam que o domínio global daquilo que existe não as contém. Assim, eles dão uma resposta negativa à questão ontológica, e por isso nem sequer tentam responder à questão metafísica. Os *realistas ficcionais*, ao invés, acreditam que há tais entidades. Portanto, eles dão uma resposta positiva à questão ontológica e oferecem uma variedade de respostas à questão metafísica, que podem ser identificadas com três teorias metafísicas principais: O *Meinongianismo ficcional*, o *possibilismo ficcional* e o *criacionismo ficcional*.

1.1 O Meinongianismo ficcional

O Meinongianismo ficcional, que foi originalmente inspirado na teoria dos objectos (*Gegenstandstheorie*) de Alexius Meinong, caracteriza-se pela combinação das seguintes duas teses:

Tese ontológica (*Realismo*): Há entidades ficcionais.

Tese metafísica (*Meinongianismo*): As entidades ficcionais são objectos não-existentes.

A tese ontológica caracteriza o realismo ficcional em geral ao dizer que as entidades ficcionais são parte da estrutura ontológica do mundo. A tese metafísica, em alternativa, diferencia o Meinongianismo das outras variedades de realismo ficcional ao afirmar que há entida-

des ficcionais, mas que elas não existem. Assim, o Meinongianismo apela à distinção metafísica entre ‘haver’ e ‘existir’. Alguns defensores desta tese julgam que ela está enraizada na linguagem comum, como quando dizemos ‘não existem gigantes de um só olho’ ou ‘não existem gigantes de um só olho, Polifemo, por exemplo’ (e.g. Parsons 1980; Zalta 1988; Reimer 2001a,b). Mas outros filósofos negaram haver qualquer evidência para isso (e.g. Geach (1971: 531)) e muitos simplesmente rejeitaram a distinção (e.g. Quine 1953; Van Inwagen 1977; Lewis 1990; Priest 2005).

O ponto de partida de Meinong 1904 foi o chamado “princípio da intencionalidade”, segundo o qual cada fenómeno mental é direccionado para um objecto. Por exemplo, julgar é sempre julgar alguma coisa, ter uma ideia é sempre ter uma ideia de alguma coisa, imaginar é sempre imaginar alguma coisa etc. Conforme este princípio, a ideia de um quadrado redondo requer a existência de um quadrado redondo, que é um objecto contraditório. Um pensamento acerca da montanha de ouro também requer a existência de uma montanha de ouro, a qual é um objecto impossível. E a procura de Ponce de León pela fonte da juventude requer a existência da fonte da juventude, a qual sabemos que não existe. Alguns filósofos tomaram estes casos como contraexemplos ao princípio da intencionalidade e rejeitaram a própria visão relacional da intencionalidade (cf. Searle 1983). Ao invés, Meinong aceitou estas consequências. Ele inicialmente pensou que existem dois modos de ser (*Sein*), nomeadamente, a existência (*Existenz*) e a subsistência (*Bestand*). Depois dividiu todos os objectos em *ideais* – ou abstractos ou não-espaciotemporais – e *reais* – ou concretos ou espaciotemporais – e defendeu que os objectos reais (e.g. Monte Branco, Bucéfalo, Roma) existem, enquanto que os objectos ideais (e.g. números, classes, ideias) subsistem. Para além dos reinos dos objectos ideais e dos objectos reais, ele introduziu ainda o novo reino dos objectos não-existentes (e.g. o quadrado redondo, a montanha de ouro e a fonte da juventude).

Meinong 1904 subscreveu o *princípio da independência do ser-*assim* [so-being] relativamente ao ser [being]* (explicitamente formulado por Mally 1912), segundo o qual as formas como os objectos nos são descritivamente apresentados ou a forma que eles são (as suas *Sosein*) é distinta e independente do seu ser (*Sein*). Em relação com este princípio, ele também subscreveu o *Princípio da Caracterização*, que afirma

que todos os objectos, quer existam ou não, têm as propriedades que são usadas para os caracterizar (explicitamente formulado por Routley (1980: 46)). De acordo com este princípio, embora a montanha de ouro não exista, ela tem a propriedade de ser de ouro e de ser uma montanha que são usadas para a caracterizar; e apesar de Charles Marlow não existir, ele tem as propriedades com as quais Conrad o caracteriza, e.g. ser um marinheiro do Império Britânico ou ser capitão de um navio a vapor. (No entanto, Raspa 2001 e Marek 2009 apontaram que na teoria original de Meinong os objectos ficcionais são concebidos como entidades de ordem superior construídas a partir de entidades mais simples). Todavia, nem a montanha de ouro nem Charles Marlow são *idênticos*, respectivamente, ao conjunto que contém a propriedade de ser de ouro e ser uma montanha e ao conjunto que contém as propriedades de ser um marinheiro do Império Britânico ou ser capitão de um navio a vapor. Além disso, Meinong introduziu uma espécie de *Princípio de Compreensão* para objectos, que diz que para qualquer conjunto de propriedades, algum objecto tem todas essas propriedades e mais nenhuma. A montanha de ouro tem as propriedades de ser de ouro e ser uma montanha, e mais nenhuma. Um objecto é completo se, ou tem uma certa propriedade *F*, ou tem a negação de *F*, nomeadamente, *não-F*. Cada objecto existente é um objecto completamente determinado. O Monte Branco tem um conjunto infinito de propriedades, sendo, por conseguinte, completo. Mas muitos objectos não-existentes simplesmente não têm *F* nem *não-F* e, neste sentido, são incompletos ou indeterminados em relação a *F* e *não-F*. A montanha de ouro é completa em relação às propriedades ser de ouro e ser uma montanha, mas é incompleta relativamente a propriedades tais como ter 1000 metros de altura e não ter 1000 metros de altura. Do mesmo modo, Marlow é completo relativamente às propriedades que lhe são atribuídas na história, mas é incompleto relativamente a muitas outras propriedades que não lhe foram predicadas explicitamente na história e que não são deduzíveis implicitamente a partir daquelas que lhe foram predicadas explicitamente, tais como ter um sinal castanho no pescoço e não ter um sinal castanho no pescoço.

Bertrand Russell 1905a, 1905b, 1907 avança duas objecções contra a teoria de Meinong (para uma discussão detalhada do debate Russell-Meinong ver Smith 1985; Griffin 1985-86; e Simons 1992).

A primeira consiste em apontar que os objectos não-existentes são capazes de violar a lei da não-contradição. Segundo Meinong, há um objecto que é redondo e quadrado (o quadrado redondo) e, portanto, que é redondo e não-redondo Russell (1905b: 482-3). Meinong 1973 aceitou a objecção e reconheceu que o quadrado redondo infringe a lei da não-contradição. Mas respondeu que a lei apenas se aplica a objectos existentes e que objectos como o quadrado redondo são contraditórios e, logo, necessariamente não-existentes. A segunda objecção de Russell não pôde ser rejeitada da mesma forma. Uma vez que Meinong subscreveu o Princípio da Compreensão e uma vez que trata a existência como uma propriedade, há um objecto que tem as propriedades de ser de ouro, ser uma montanha e ser existente. Assim, segue-se que há um objecto *existente* que é de ouro e é uma montanha. Mas é um facto empírico que não existe qualquer montanha de ouro. Um outro paradoxo parece surgir a partir das seguintes considerações. Dado o Princípio de Compreensão, há um objecto que tem a propriedade de ser azul. O objecto azul tem exactamente uma propriedade, i.e. ser azul, mas é certo que também tem a propriedade de ter exactamente uma propriedade. E dado que a propriedade de ser azul e a propriedade de ter exactamente uma propriedade não são a mesma, então segue-se que o objecto azul tem pelo menos duas propriedades.

Os defensores contemporâneos do Meinongianismo ficcional – ou Neo-Meinongianismo – subscrevem a distinção de Meinong entre ser e existência, mas alguns deles evitam apelar à noção de subsistência nas suas teorias (e.g. Parsons (1980: 10)). Dependendo das suas interpretações da tese metafísica de Meinong, eles dividem-se em dois grupos principais. De um lado estão os defensores daquilo a que chamo Meinongianismo-*C*, de acordo com o qual os objectos ficcionais são entidades não-existentes *concretas* (e.g. Parsons 1980; Routley 1980; Jacquette 1996). Do outro lado estão os defensores daquilo a que chamo Meinongianismo-*A*, os quais revêem as distinções de Meinong entre existência e não-existência em termos de ser concreto e ser abstracto e defendem que os objectos não-existentes são entidades *abstractas* (cf. Zalta 1983; Pelletier e Zalta 2000; Rappaport 1978 sugere que os objectos Meinongianos devem ser concebidos como do mesmo estatuto metafísico que *planos* em vez do de indivíduos concretos, mas ele não subscreve explicitamente a perspectiva

de que são objectos não-espaciotemporais abstractos). Os defensores do Meinongianismo-C afirmam que os objectos não-existentes são *concretos* no sentido de que são os correlatos de conjuntos de exactamente as mesmas propriedades que normalmente são predicadas de objectos comuns (Castañeda 1989, especialmente no capítulo 11, sugere uma teoria semelhante em termos de feixes de *modos de apresentação* [*guises*] e *co-associação* [*consociation*]). Assim, a montanha de ouro é um objecto não-existente concreto em virtude de ser um correlato do conjunto que contém as propriedades de ser de ouro e ser uma montanha. De modo semelhante, Marlow é um indivíduo não-existente concreto em virtude de ser um correlato do conjunto de propriedades que lhe são atribuídas na história. Em vez disto, os defensores do Meinongianismo-A apresentam uma noção técnica de existência enquanto sinónimo de concreto, efectivo e real, e uma noção de não-existência enquanto sinónimo de abstracto e não-espaciotemporal Zalta (1983: 12, 173, nota 15). Eles defendem que os objectos abstractos caracterizam-se por um distinto modo de ser não-espaciotemporal e por propriedades que eles não têm da mesma forma que os objectos espaciotemporais. A forma na qual a montanha de ouro tem a propriedade de ser uma montanha é diferente da forma na qual o Monte Branco tem essa mesma propriedade. O Monte Branco é um objecto particular no espaço e no tempo, ao passo que a montanha de ouro é uma entidade abstracta.

Mally 1912 sugeriu inicialmente dois tipos de estratégias baseadas em duas distinções metafísicas alternativas que os acusados de Meinongianismo podem usar para resolver as dificuldades envolvidas na teoria original de Meinong. A primeira estratégia recorre à distinção entre dois tipos de propriedades; a segunda recorre à distinção entre dois tipos de predicação ou dois tipos de relações entre propriedades e indivíduos. Os defensores do Meinongianismo-C e o próprio Meinong 1972 seguiram a primeira estratégia ao distinguirem entre dois tipos de propriedades que todos os objectos têm, i.e. *nucleares* e *extranucleares* (esta é a terminologia de Parsons, a qual foi defendida mais tarde por Jacquette 1996). As propriedades nucleares são propriedades comuns tais como ser azul, ser pontapeado por Sócrates ou ser pontapeado por alguém (de modo semelhante, Routley (1980: 507-10), fala das propriedades *caracterizadoras* de um objecto). Propriedades extranucleares são propriedades ontológicas tais como ser

existente e ser ficcional, propriedades modais tais como ser possível e ser impossível, propriedades intencionais tais como ser procurado e ser pensado etc. Assim, a montanha de ouro tem as propriedades nucleares de ser de ouro e ser uma montanha, mas também tem a propriedade extranuclear de ser pensada por Meinong. E Charles Marlow tem as propriedades nucleares de ser marinheiro e ser capitão de um navio a vapor, mas também tem as propriedades extranucleares de ser uma personagem ficcional e ser uma personagem recorrente nos romances de Conrad.

A estratégia dos dois tipos de propriedades foi criticada por Priest (2005: 83-84) como introduzindo uma distinção que é manipulada pelo desejo de evitar os problemas mencionados acima (e, portanto, *ad hoc*) e sem motivação. Isso torna-se claro se se considerar (como faz Priest) que mesmo a propriedade de existência é relevante para a identidade de um objecto. Embora eu pudesse temer um assassino em série real (e.g. o Unabomber), o qual sei que existe, eu não podia temer um assassino em série ficcional, o qual sei que não existe (e.g. Dexter). O facto de que o assassino em série ficcional não existe é claramente relevante para a sua identidade e caracterização. Além do mais, uma importante desvantagem desta estratégia consiste no facto de não haver um critério governado por princípios para traçar a distinção entre propriedades nucleares e extranucleares. A propriedade de ser uma personagem ficcional tanto pode ser nuclear como extranuclear. Em *Quem Tramou Roger Rabbit?*, Jessica Rabbit é uma personagem ficcional (um desenho animado), mas também é uma personagem ficcional fora da história, tal como Marlow e Winston Smith. Assim, parece que a propriedade em questão é tanto nuclear (a propriedade de ser uma personagem ficcional está entre as que a caracterizam na história) como extranuclear (na realidade ela é apenas uma personagem ficcional). Os defensores da distinção têm uma resposta pronta para este problema em termos de propriedades enfraquecidas (Parsons (1980: 42-4)). Eles sustentam que a propriedade nuclear em questão é a contraparte enfraquecida da propriedade extranuclear correspondente. De acordo com esta proposta há duas propriedades e não apenas uma. No entanto, esta resposta também seria *ad hoc* e além disso enfrentaria uma regressão ao infinito de mais propriedades nucleares enfraquecidas (Jacquette (1996: 83-4); Voltolini (2006: 28)).

Os defensores do Meinongianismo-*A* evitam este tipo de problema ao seguirem a distinção alternativa entre dois modos de predicação. (Alguns oponentes do Meinongianismo, e.g. Van Inwagen 1977, recorrem à mesma estratégia, embora por razões diferentes.) Apesar de reconhecerem que os objectos não-existentis têm exactamente o mesmo tipo de propriedades que objectos comuns têm, eles sustentam que as formas em que as têm são muito diferentes. Quando dizemos que Charles Marlow foi um marinheiro do Império Britânico durante o final do século XIX e início do século XX e que Joseph Conrad foi um marinheiro do Império Britânico durante o final do século XIX e início do século XX, usamos dois tipos de predicação da mesma propriedade. Rapaport 1978 fala de propriedades que são *constituíntes* dos objectos e propriedades que são *exemplificadas* por objectos. Zalta 1983, 1988 defende que as entidades ficcionais *codificam* tais propriedades, enquanto que os objectos comuns as *exemplificam*. Castañeda 1989 recorre a um modo *interno*, assim como a um modo *externo*, de predicação de propriedades. Ademais, de acordo com Zalta (1983: 12), codificar é uma noção primitiva que é usada para provar a existência, e derivar as propriedades, de objectos abstractos, inclusive os objectos ficcionais. Segundo Castañeda (1989: 200) e Rapaport (1978: 162), a predicação interna aplica-se a correlatos de conjuntos, e assim a predicação interna e as propriedades que são constituintes dos objectos podem ser definidas em termos de pertença: uma entidade (ficcional) *e* tem uma propriedade *F* internamente ou como constituinte, se e somente se, *F* pertence ao conjunto de propriedades que está correlatado com *e*. Embora Charles Marlow e Joseph Conrad tenham ambos a propriedade de ser um marinheiro do Império Britânico durante o final do século XIX e início do século XX, Marlow tem a propriedade enquanto constituinte (Rapaport), ele codifica a propriedade (Zalta), ou a propriedade é-lhe predicada internamente (Castañeda), enquanto que Conrad a exemplifica (Rapaport e Zalta) ou a tem externamente (Castañeda).

Uma virtude do Meinongianismo ficcional é que pode dar uma explicação imediata para o fenómeno da não-existência. Quando dizemos que Hamlet não existe, dizemos algo verdadeiro porque Hamlet é uma entidade não-existente. Outra virtude é acomodar a intuição de que os objectos ficcionais têm as propriedades que lhes predicamos, quer como nucleares ou extranucleares, ou como

predicadas externa ou internamente. Por conseguinte, uma virtude associada é que oferece uma explicação imediata para a verdade de afirmações tais como ‘Winston Smith é um funcionário do Ministério da Verdade e uma personagem ficcional’ e de afirmações comparativas tais como ‘Marlow e Conrad foram ambos marinheiros do Império Britânico no final do século XIX e início do século XX’. Uma outra virtude é que pode de forma simples dar conta das ficções impossíveis ou inconsistentes. Um exemplo famoso do primeiro tipo é a caracterização de Conan Doyle do Dr. Watson como tendo um único ferimento de guerra, localizado variadamente num ombro ou numa perna (ver *Um Estudo em Vermelho* e *O Signo dos Quatro*). Os defensores do Neo-Meinongianismo sustentam que a incoerência não seria problemática porque estas propriedades estariam entre as propriedades caracterizadoras dos objectos ficcionais. Segundo Parsons (1980: 49-60, 228-23), um objecto ficcional ao qual a história atribui propriedades incompatíveis é um objecto impossível, mas isto não é um problema pois o objecto não existe. (Howell 1979 critica a teoria de Parsons e recomenda uma abordagem alternativa que toma os objectos ficcionais como objectos não-actuais em mundos ficcionais, que podem ser ou possíveis ou impossíveis). Segundo Zalta (1988: 123-29), um objecto ficcional que codifica propriedades incompatíveis não é problemático porque o mesmo não as exemplifica.

Um inconveniente significativo da teoria, contudo, é que não dá conta duma característica importante das personagens ficcionais, nomeadamente, o serem entidades criadas. Isto parece ser fundamental para uma compreensão correcta da noção do que é uma personagem ficcional. Dizemos coisas como ‘Agatha Christie criou Miss Marple em Crime no Vicariato’ e ‘James Bond é uma personagem ficcional criada em 1953 por Ian Fleming’. Mas, se as entidades ficcionais são entidades não-espaciotemporais, então parece que os seus autores não as podem criar. Parsons (1980: 188) apela a uma noção de criação que consiste num mecanismo de selecção de objectos pré-existentes através da fixação estipulativa da referência descritiva (ver Deutsch 1991 para um desenvolvimento desta ideia). No entanto, escolher um objecto pré-existente por meio de descrição estipulativa com certeza não é uma forma de criar genuinamente um objecto no sentido de trazer algo novo à existência. E é esta a ideia envolvida na noção intuitiva de criar uma personagem ficcional.

1.2 O possibilismo ficcional

O possibilismo ficcional pode ser caracterizado pelas seguintes duas teses:

Tese Ontológica (Realismo): Há entidades ficcionais.

Tese Metafísica (Possibilismo): As entidades ficcionais são objectos possíveis.

Segundo esta versão da tese metafísica, as entidades ficcionais não existem no mundo actual mas existem nalgum outro mundo possível. As entidades ficcionais são objectos que existem naqueles mundos possíveis que concretizam a história. Por exemplo, embora no mundo actual Conrad tenha contado *O Coração das Trevas* como ficção, há um mundo possível no qual tudo o que é contado explicitamente na história está concretizado e, logo, onde Marlow, Kurtz e as outras personagens existem, são e fazem como reza a história.

Os objectos possíveis são objectos cuja existência é metafisicamente possível. Os defensores do possibilismo sustentam que há objectos possíveis que não existem no mundo actual mas que podiam existir nalgum outro mundo possível. Esta perspectiva é normalmente contrastada com o *actualismo*, de acordo com o qual há apenas objectos actuais, nomeadamente, aqueles objectos que existem no mundo actual. Suponha-se que os animais de uma dada espécie qualquer apenas podiam existir enquanto membros dessa dada espécie. Uma vez que podiam ter existido animais de alguma outra espécie além das que existem, podiam ter existido animais que actualmente não existem. Se há estes animais possíveis, então o possibilismo é verdadeiro. Segundo o actualismo, neste contexto a expressão ‘estes animais possíveis’ é vazia porque não tem referente. No entanto, se estes animais que actualmente não existem podiam ter existido, então a expressão ‘estes animais possíveis’ podia ter referido. Assim, de modo semelhante ao Meinongianismo, o possibilismo distingue dois sentidos de ser, existência actual e existência possível ou não-existência actual. Contudo, diferentemente do Meinongianismo, o possibilismo não está comprometido com a perspectiva de que qualquer expressão referencial ou denotativa refere ou denota algo. Os defensores do possibilismo podem negar que a expressão ‘cavalo ala-

do' refira devido à expressão ser simplesmente vazia. Se podiam ter existido cavalos alados, então, de acordo com o possibilismo, algo podia ter sido um cavalo alado. Mas não se segue do possibilismo que se podiam ter existido cavalos alados, então algo é um cavalo alado.

Da aplicação desta visão às entidades ficcionais como objectos possíveis não-actuais surgem três problemas conhecidos. O primeiro é o problema da *não-unicidade* ou *indeterminação ontológica* (Kaplan (1973: 505-6); Kripke (1972/1980: 156-8)). Existe mais do que um mundo possível que concretiza *O Coração das Trevas*. Em cada um destes mundos existe um homem chamado Marlow que aceita um cargo enquanto capitão de um navio a vapor e é e faz tudo o que está gravado no romance de Conrad. Estes candidatos-Marlow são todos indivíduos distintos; porém, eles concordam exactamente com a forma em que Marlow é descrito na história. Todavia, eles podem diferir nalguns aspectos cruciais, e.g. eles podem ter nascido de pais diferentes em locais diferentes e sob circunstâncias diferentes. E quando as personagens apenas são descritas de modo grosseiro, poderá até haver mais candidatos no mesmo mundo possível que encaixem no que conta a história. Logo, poder-se-á perguntar com legitimidade: qual dos candidatos-Marlow é Marlow? Há duas respostas padrão a esta questão. A primeira é dada pela teoria de Lewis 1986 do *realismo possibilista*, a qual se baseia na sua teoria das contrapartes. A segunda é dada pela teoria de Priest 2005 do *nadismo* e pela teoria de Berto 2011 daquilo a que ele chama *Meinongianismo modal*, ambas baseadas numa noção de domínios variáveis do que há. Vamos considerar brevemente cada uma das soluções.

Segundo Lewis, objectos possíveis não-actuais são objectos genuínos tal como o são os objectos actuais. Tanto os objectos possíveis não-actuais como os objectos actuais existem, embora os primeiros não estejam incluídos no reino da existência que chamamos *actualidade*. Porém, eles estão incluídos num outro reino da existência possível, o qual está metafisicamente a par do reino da existência actual. Segundo a teoria indexical da actualidade de Lewis 1970, a actualidade *para nós* é o reino que nos inclui a *nós*, enquanto que a actualidade para qualquer objecto *x* é o reino que contém *x*. Todos os mundos possíveis, assim como todos os objectos possíveis, são concretos no sentido em que são objectos espaciotemporais. E nenhum objecto possível está numa relação com qualquer objecto actual ou qualquer

mundo no qual não exista. É este o sentido no qual, de acordo com a sua teoria das contrapartes, os objectos possíveis estão ligados a mundos. Lewis 1978 toma um indivíduo possível como sendo um candidato-Marlow se ele tiver as propriedades de Marlow num mundo possível no qual Conrad conta *O Coração das Trevas* como facto conhecido. Dado que cada candidato-Marlow está ligado a um mundo, Lewis pode dar uma forma baseada em princípios de identificar um candidato-Marlow como Marlow em termos de *contacto*. Suponha-se que você é um leitor de *O Coração das Trevas*. Cada candidato-Marlow é para si uma contraparte de todos os outros candidatos-Marlow. Pois mesmo que eles se devam distinguir substancialmente em termos de semelhança qualitativa geral, os vários candidatos-Marlow são todos, para ti (e para as tuas contrapartes), contrapartes por *contacto*, elas são todas, nos seus mundos respectivos, a pessoa chamada ‘Marlow’ que você ou as suas contrapartes conheceram ao ler *O Coração das Trevas* contado como facto conhecido (cf. Lewis 1983b; Currie (1990: 136-9); Kroon (1994: 211-212)).

Segundo a teoria do *nadismo* de Priest 2005, inspirada por Routley 1980, apenas existem objectos concretos (passados, presentes e futuros), enquanto que os objectos abstractos e os possíveis ou impossíveis não existem (a teoria original de Routley era ainda mais radical, sustentando que os objectos concretos passados e futuros também não existem). Os objectos ficcionais pertencem à segunda categoria. Assim como na concepção Meinongiana padrão, o domínio de cada mundo é a totalidade dos objectos. Para dar conta da afirmação intuitivamente verdadeira de que alguns objectos que não existem poderiam ter existido, Priest introduz um predicado de existência E (ou $\Box!$) e defende que algum objecto o existe no mundo w_1 , mas não no mundo w_2 , se o satisfaz E em w_1 e não em w_2 . Assim, há entidades ficcionais no mundo actual e em todos os outros mundos possíveis. Mas no mundo actual elas não existem, ao passo que existem (satisfazem E) nalguns outros mundos possíveis. Nesta concepção o problema da indeterminação não se levanta. Por exemplo, pode perguntar-se: Quando é que dois objectos não-existentes são idênticos? A resposta simples de Priest (2005: 87ss.) é que quaisquer objectos o e e são o mesmo se e somente se têm a mesma identidade actual. Isto é, se e somente se são idênticos no mundo actual. Mas como é que estabelecemos, entre a totalidade dos objectos, qual dos objectos

(não-existentes) é Marlow? A resposta de Priest (2005: 119-20) é que uma vez que Conrad tenha escrito a história toda (a primeira na qual introduz Marlow), ele imaginou um objecto particular como sendo Marlow, e é em virtude deste acto intencional da imaginação envolvido em contar a história que ele selecciona Marlow no mundo actual e não um outro indivíduo ficcional. É claro que Marlow não existe no mundo actual, mas existe naqueles mundos que concretizam a história. Conrad podia continuar a imaginar mais e mais coisas sobre Marlow, mas isto não implicaria que um objecto diferente é seleccionado todas as vezes que um predicado novo é adicionado às propriedades caracterizadoras da personagem. Em vez disto, Priest afirma que assim que a personagem tenha sido seleccionada depois da primeira história estar contada, tudo o que Conrad faz ao adicionar mais e mais propriedades à personagem é apenas restringir o conjunto de mundos possíveis nos quais tais propriedades são satisfeitas pelo mesmo indivíduo ficcional. O próprio Priest (2005: 93-4) reconhece que o mundo actual contém vários indivíduos possíveis distintos que não existem ali mas que podem existir e concretizar *O Coração das Trevas* noutros mundos possíveis. Portanto, um problema que Priest não responde completamente é: como pode Conrad intencionar apenas um daqueles objectos como sendo Marlow em vez de outro?

O segundo problema para o possibilismo ficcional é o dos *objectos ficcionais impossíveis*. Howell (1979: 139) considera uma história segundo a qual Sherlock Holmes é um famoso quadrador do círculo. De acordo com a sua interpretação, a atribuição aparentemente verdadeira ‘Segundo a história, Holmes fez a quadratura do círculo’ é necessariamente falsa. Isto é, não pode ser verdadeira em qualquer mundo metafisicamente possível. Em alternativa, Lewis sugere que na história qualquer coisa seria vacuamente verdadeira, inclusive ‘Segundo a história, Holmes não fez a quadratura do círculo’. Como consequência, todas as histórias contraditórias gerariam exactamente as mesmas verdades ficcionais. Mas é certo que ficções diferentes geram mundos ficcionais distintos. Lewis (1983a: 277-8) sugere que as ficções impossíveis sejam divididas em fragmentos coerentes que podem ser concretizados em diferentes mundos possíveis. Mais especificamente, dada uma certa propriedade F e não- F , ambas atribuídas à mesma personagem w , quer $F(x)$ quer não- $F(x)$ podem ser verdadeiras numa ficção impossível, mas não a sua conjunção. Tal

solução talvez dê conta da caracterização não-intencional que Doyle faz do Dr. Watson como tendo um único ferimento de guerra num ombro e numa perna em histórias diferentes. Mas não daria conta da intenção de um autor de produzir uma ficção inconsistente sobre um objecto impossível (sobre, digamos, o quadrado redondo ou sobre algum indivíduo morto-e-não-morto). A versão de Priest 2005 do possibilismo ficcional, o nadismo, é muito mais lata do que o possibilismo padrão e aceita inteiramente objectos impossíveis enquanto existentes naqueles mundos possíveis que concretizam a ficção inconsistente relevante.

O terceiro problema para o possibilismo ficcional é o das *afirmações extraficcionais*. Nós fazemos asserções variadas sobre objectos ficcionais fora das histórias em que ocorrem, e algumas delas parecem ser simplesmente verdadeiras. Dizemos que a personagem do Mr. Kurtz em *O Coração das Trevas* inspirou a personagem do Capitão Kurtz em *Apocalypse Now*, de Francis Ford Coppola. Assim, contrariamente à tese metafísica central apoiada pelos defensores do possibilismo ficcional, parece que os objectos ficcionais são, afinal de contas, objectos actuais. Ou suponha-se que dizemos que Marlow é um melhor contador de histórias do que eu alguma vez serei. Parece que estamos a dizer que Marlow tem *actualmente* esta propriedade comparativa, isto é, tem-na no mundo actual, não apenas num ou outro mundo possível. Priest (2005: 123) rejeitaria esta leitura e sustentaria que o que nós estamos efectivamente a dizer é que Marlow é *possivelmente* um melhor contador de histórias do que eu alguma vez serei. Num mundo onde Marlow é um contador de histórias tão bom quanto aparenta ser em *O Coração das Trevas*, ele é um melhor contador de histórias do que eu alguma vez serei no mundo actual. Mas nenhuma forma transmundial de ler esta afirmação condiz com a forma em que normalmente lemos qualquer outra frase envolvendo uma comparação entre indivíduos. Conrad é um melhor contador de histórias do que eu alguma vez serei, e isto é simplesmente verdadeiro no mundo actual. Seria incorrecto interpretar esta frase como envolvendo uma comparação transmundial tal como Conrad é possivelmente um melhor contador de histórias do que eu. Ele é um melhor contador de histórias do que eu no mundo actual.

Para além disto, o possibilismo ficcional sofre da mesma desvantagem apontada no fim da secção anterior. Não consegue dar conta

do facto de que uma propriedade característica das personagens ficcionais é o serem criadas genuinamente (ler: trazidas à existência) pelos seus autores através da actividade de contar histórias. A nossa intuição é que Charles Marlow não existia antes de Conrad ter contado as histórias nas quais Marlow foi originalmente introduzido. A terceira versão de realismo ficcional que vamos explorar a seguir começa, ao invés, deste dado e tenta construir uma teoria coerente de entidades ficcionais como artefactos criados.

1.3 O criacionismo ficcional

O criacionismo ficcional pode ser caracterizado pelas seguintes duas teses:

Tese Ontológica _(Realismo): Há entidades ficcionais.

Tese Metafísica _(Criacionismo): As entidades ficcionais são artefactos humanos abstractos, criados por autores através da actividade de contar histórias.

Segundo esta versão da tese metafísica, as entidades ficcionais são artefactos humanos abstractos, criados por autores, que podem ser pensados como sendo construções sociais ou entidades teóricas de crítica. Os defensores do criacionismo ficcional observam que aparentemente há elocuições verdadeiras de frases como ‘O romance picaresco originário da Espanha do século XVI’ e ‘Dante Alighieri criou o esquema de rima *Terza Rima*’. Estas elocuições são normalmente tomadas como asserções sinceras que implicam uma inferência não-problemática da existência de romances picarescos e esquemas de rima. De modo semelhante, aparentemente há elocuições verdadeiras de frases que, se tomadas a sério, implicam a existência de entidades ficcionais, e.g. ‘James Bond é uma personagem ficcional criada em 1953 por Ian Fleming’ e ‘Agatha Christie criou Miss Marple em *Crime no Vicariato*’. Os defensores do criacionismo ficcional afirmam que não podemos rejeitar entidades ficcionais se admitimos romances picarescos e esquemas de rima (e metros, enredos, poemas, guiões etc.), porque estas são entidades do mesmo tipo, i.e. artefactos abstractos criados por autores (para versões semelhantes da mesma ideia ver Van Inwagen (1977: 302-303, 307); Salmon (1998:

300); Thomasson (1999: 143); e Braun (2005: 609); contudo, Van Inwagen (2003: 153-54), suscita dúvidas sobre a existência de artefactos abstractos e, logo, sobre o criacionismo).

Todavia, mesmo admitindo que os objectos ficcionais e as obras ficcionais são ambas entidades abstractas que partilham o mesmo tipo de relações de dependência com a actividade de contar histórias do autor, tem sido objectado que elas diferem quanto ao tipo. Por exemplo, Iacona e Voltolini 2002 argumentam que enquanto as obras de ficção literárias são entidades sintáctico-semânticas, as entidades ficcionais não são. Além disso, Yagisawa 2001 argumenta que o criacionismo choca claramente com outras ideias aparentemente óbvias tal como o fenómeno da não-existência (para uma resposta ver Goodman 2004). E Brock 2010 alega que o apelo à criação deixa mais questões do que respostas. Por exemplo, quando e como são criadas as entidades ficcionais? Os defensores do criacionismo ficcional afirmam que os autores, no acto de contar uma história, ao fingirem referir pessoas ficcionais (e locais ficcionais, eventos etc.), trazem as entidades ficcionais à existência de um modo genuíno. Consideremos este último problema com atenção.

Em vez de se focarem directamente nos mecanismos da criação das entidades ficcionais, a maioria dos defensores do criacionismo ficcional tem estado interessada em discutir o problema de quando é que as elocuições e inscrições de nomes ficcionais referem entidades ficcionais. Isto não deve ser surpreendente, dado que a motivação inicial para introduzir entidades ficcionais deriva originalmente de argumentos linguísticos do tipo dos que mencionei acima. Pode então reformular-se a questão “quando é que as personagens ficcionais são criadas?” ao perguntar-se: quando é que as elocuições e inscrições de nomes ficcionais referem entidades ficcionais? Os defensores do criacionismo ficcional ofereceram duas respostas padrão principais e diferentes. De acordo com o que se pode chamar a explicação híbrida (Kripke 1973/2013; Searle 1974-75/1979; Schiffer 1996), os nomes ficcionais são *não*-designadores rígidos (Salmon (1998: 292)), isto é, necessariamente não-referenciais, quando proferidos pelo autor de ficção no processo de contar histórias (cf. também Kripke (1980: 157-8), Kaplan (1973: 505-8); Donnellan (1974: 24-25); Plantinga (1974: 159-163)); eles são designadores rígidos quando usados pelos leitores e pelos críticos em elocuições assertivas sinceras. Nesta

perspectiva, há dois nomes ficcionais ‘Marlow₁’ e ‘Marlow₂’ que correspondem a dois usos diferentes do mesmo nome sintáctico. ‘Marlow₁’ é um não-designador rígido (não tem referente, nem actual nem possível) quando usado a contar histórias (i.e. num contexto de fingimento). ‘Marlow₂’ é um designador rígido (refere o mesmo artefacto abstracto em todos os mundos possíveis) quando usado em asserções sinceras que implicam a existência de entidades ficcionais. O primeiro uso é ontologicamente fundacional; o segundo uso é parasita do primeiro. Conrad usa ‘Marlow₁’ no processo de contar *O Coração das Trevas* para fingir que refere um indivíduo particular sem se referir a coisa alguma e, por conseguinte, sem expressar qualquer proposição. Os leitores e os críticos literários usam genuinamente o nome ‘Marlow₂’ quando se envolvem na prática de asserções sinceras. Neste caso, os usos do nome referem genuinamente e as elocuições de frases expressam genuinamente proposições. Esta perspectiva tem várias desvantagens bem conhecidas, incluindo o problema da indeterminação do conteúdo (da narração do autor, da própria história, e de relatos produzidos num contexto de fingimento, mas também asseridos quando encaixados no operador de ficção, cf. Salmon (1998: 297-8)), o problema relacionado da indeterminação das condições de verdade ficcionais (segundo a história, o que é o caso?), e o problema da suposta ambiguidade no uso dos nomes ficcionais (da qual parece não haver evidência, cf. Everett (2007: 59)). Mas o mais importante é que a explicação híbrida não oferece uma explicação para a criação do artefacto abstracto que, supostamente, é o referente de ‘Marlow₂’.

Segundo a interpretação de Salmon (1998: 294) da perspectiva de Kripke (1973/2013), Conrad conta *O Coração das Trevas* fingindo que Marlow é tal e tal e fez isto e aquilo. Mas ao proferir as palavras relevantes no processo de contar a história ele não expressa coisa alguma. Contudo, o uso de Conrad do nome ‘Marlow₁’ num contexto de fingimento *autoriza uma espécie de passo metafísico*. Num estágio posterior, a falar de fora daquele contexto de fingimento, envolvidos em asserções sérias sobre a personagem ficcional, o nosso uso do nome ‘Marlow₂’ *autoriza uma espécie de passo semântico*. Ou seja, quando dito numa asserção sincera, o nosso uso do nome refere a personagem ficcional criada pelo fingimento de Conrad. Conforme Salmon apresenta a perspectiva de Kripke: “A linguagem permite uma trans-

formação gramatical de um nome ficcional de uma pessoa para um nome de uma pessoa ficcional”. Segundo Searle (1974-75/1979: 73), “Ao fingir que refere pessoas e que narra eventos sobre as mesmas, o autor cria personagens e eventos ficcionais. (...) uma que a personagem ficcional tenha sido criada, nós, que estamos fora da história ficcional, podemos efectivamente referir uma pessoa ficcional”. Van Inwagen (1977: 307) afirma que o discurso sobre personagens ficcionais envolve certas regras “para falar sobre ficção” de acordo com as quais “uma criatura de ficção pode ser referida pelo que é (falando de modo aproximado) ‘o nome que ela tem na história’”. E a mesma ideia pode ser encontrada na distinção proposta por Schiffer (1996: 154-159) entre um uso *fingido* ou *ficcional* de um nome ficcional numa ficção e o que ele chama um uso *hipostasiante* do nome sem ficção. Segundo a sua perspectiva, a ligação entre os dois diferentes usos dá origem a uma “característica algo-do-nada” do uso hipostasiante: “sempre que algum de nós usa um nome da forma ficcional (caso no qual o nosso uso não refere coisa alguma), então tal uso permite automaticamente que qualquer de nós use o nome da forma hipostasiante, caso no qual nos estamos a referir a uma entidade ficcional de facto existente.” (156). Ainda assim, nenhuma das afirmações anteriores explica a criação genuína de entidades ficcionais. Que espécie de passo metafísico é aquele que é autorizado pelo uso fingido da linguagem ao contar histórias? Como é que um uso de um nome ficcional nos permite automaticamente referir entidades ficcionais? Como é que do nada se pode criar genuinamente algum artefacto abstracto? Os defensores da explicação híbrida não oferecem qualquer resposta a estas questões. Continuamos ainda a perguntar-nos como e quando é uma personagem criada genuinamente.

Pode objectar-se que não há nada de desconcertante nesta ideia uma vez que muitas entidades sociais e culturais tais como casamentos, promessas e obrigações são criadas através do uso da linguagem. Mas há dois tipos de considerações que nos devem fazer duvidar desta comparação. Em primeiro lugar, não é claro que estas sejam entidades genuínas. O próprio Van Inwagen 2005 expressa uma dúvida semelhante: “Parece-me que é muito mais plausível dizer que em tais casos “tudo o que acontece” é que as coisas que já existem adquirem propriedades novas ou passam a estar em relações novas: a propriedade *ter prometido ensinar a Alice a conduzir*, por exemplo, ou a relação

ser casado com” (154). Em segundo lugar, mesmo que se aceitasse a ideia de que casamentos, promessas e obrigações são entidades reais, parece haver uma diferença radical entre a criação destas entidades e a criação de entidades ficcionais. Enquanto que as primeiras são introduzidas através do uso *sério* da linguagem, as personagens ficcionais seriam introduzidas num contexto de fingimento, como indivíduos concretos que existem (metaforicamente) em obras de ficção e só depois (por algum mecanismo ontogenético misterioso) viriam à existência através do uso *sério* da linguagem, mas agora enquanto artefactos abstractos existentes no mundo actual. Longe de ser óbvia e intuitivamente clara, esta comparação parece obscurecer a especificidade das entidades ficcionais.

Segundo o que se pode chamar a *explicação uniforme* (Salmon 1998; Thomasson 1999), os nomes ficcionais são designadores rígidos que referem personagens ficcionais logo quando usados a contar histórias. Esta perspectiva tem várias vantagens sobre a explicação híbrida, incluindo o facto de oferecer uma semântica uniforme para os nomes ficcionais. Há apenas um nome ‘Marlow’ e este refere rigidamente o mesmo artefacto abstracto quando usado quer a contar histórias, quer em asserções sérias. Elocuções de frases contendo o nome expressam sempre proposições. Segundo Salmon, isto não significa que o autor de ficção refere alguma coisa quando usa o nome a contar histórias. Significa apenas que uma vez que se aceite que há entidades ficcionais, o melhor é interpretar elocuções de nomes ficcionais como referindo tais entidades. Tal como ele diz: “Uma vez que as personagens ficcionais tenham sido consentidas como entidades reais, porquê agarrar-nos a um alegado uso dos seus nomes que fracassa referi-las? É como comprar um luxuoso carro desportivo italiano apenas para o manter na garagem” (1998: 298). Contudo, esta perspectiva não implica qualquer explicação de como e quando são criadas as entidades ficcionais.

Tal como Salmon, Thomasson 1999 defende a ideia de que as entidades ficcionais passam a existir logo quando o autor finge referir algum indivíduo ficcional ao contar histórias. Ela sugere que o acto do autor é uma espécie de acto de fala performativo especial que traz algo à existência de imediato: “Se não existe qualquer objecto pré-existente ao qual Austen se estava a referir ao escrever as suas palavras [precisamente a primeira frase de *Emma*] (...) escrever aquelas

palavras traz à existência o objecto aí descrito: a personagem ficcional Emma Woodhouse” (13). Uma vez que a personagem tenha sido gerada pelo poder criativo dos actos do autor, todas as outras referências à personagem pelo autor na história, e pelos leitores e críticos no discurso sério, referem de volta à personagem introduzida desse modo. A explicação de Thomasson 1996a, 1996b, 1999 (especialmente capítulos 6-8) está altamente em dívida para com a tradição fenomenológica e, em particular, para com o trabalho de Ingarden (1931: §§ 15, 20, 25, 28, 38). Ela argumenta que ao postular entidades ficcionais pode oferecer-se uma explicação directa da intencionalidade dos pensamentos e do discurso sobre personagens ficcionais (90-92). Os pensamentos sobre o Rei Lear são dirigidos para ele (não para Edmund ou Edgar) e são especificamente sobre ele (não sobre quem quer que desempenhe o papel de Lear). Podemos contraficcionalmente imaginar que ele não teria caído em loucura se não tivesse doado o seu reino às suas duas filhas mais velhas. E o leitor e eu conseguimos identificá-lo mesmo quando o descrevemos de maneiras diferentes. O leitor pode argumentar que o Rei Lear era um velho tolo e arrogante; eu posso argumentar que ele era apenas um tipo inocente e antiquado. Porém, o nosso desacordo é claramente acerca da mesma personagem. Thomasson defende que uma entidade ficcional vem à existência como o objecto puramente intencional de uma acto mental particular de um autor que fala sobre ela (5-7, 88-90) e continua a existir se algumas obras literárias continuarem a existir (7, 36, 88-9), Ingarden defende que os objectos puramente intencionais são entidades que sobrevivem aos próprios actos mentais criadores, e que os objectos ficcionais são um subconjunto do conjunto dos objectos puramente intencionais. Esta perspectiva atribui claramente poderes ontológicos geradores aos pensamentos. No entanto, como Voltolini (2006: 49-55) observa de forma convincente, tal como os nossos sonhos com anões e elfos não nos comprometem com a sua existência, as nossas *imaginações* sobre anões e elfos também não nos comprometem com a sua existência. Além disso, como Howell (2002: 283) acertadamente chama a atenção, Thomasson nunca explica como é que por imaginar um certo indivíduo *concreto* que não existe, o autor é bem sucedido a trazer à existência uma nova entidade *abstracta*. Ademais, ela afirma que o autor baptiza a personagem ficcional no acto de contar a história através de uma espécie de “referência quasi-

-indexical” à personagem que depende daqueles actos linguísticos. O primeiro uso que Austen faz do nome ‘Emma Woodhouse’ (fingindo que o nome refere um indivíduo concreto existente) supostamente serve de referência quasi-indexical à personagem abstracta criada desse modo, como se tal uso dissesse ‘a personagem fundada nestas próprias palavras é para ser chamada “Emma Woodhouse”’ (47-8). Mas o que é *exactamente* a “quasiindexicalidade”? Como é que o autor é bem sucedido a referir a personagem dependente das palavras usadas num contexto de fingimento? Será que a fórmula apontada por Thomasson funciona como uma descrição de fixação da referência?

Como nota conclusiva, pode questionar-se porque é que os criacionistas ficcionais se devem realmente preocupar em dar uma explicação completa de quando e como ocorre a criação. Afinal, há muitas entidades cuja metafísica é debatida apesar da falta de acordo neste ponto, e.g. teorias, obras literárias e pessoas. Mas perguntar quando e como ocorre a criação é uma questão legítima uma vez que a tese central que distingue o criacionismo ficcional de outros tipos de realismo ficcional é que as entidades ficcionais são entidades *criadas*. Além do mais, defender que uma resposta a estas questões é irrelevante porque os outros não colocam as mesmas questões para outros casos parece uma tentativa preguiçosa de não dar qualquer base real para o que é de facto o princípio central do criacionismo. Os Meinongianos ficcionais e os defensores do possibilismo ficcional têm de dar conta da afirmação intuitivamente verdadeira de que as personagens ficcionais são entidades criadas. Mas dado que eles sustentam que aquelas não são criadas genuinamente, eles não precisam de dar qualquer explicação dos seus mecanismos ontogenéticos. Se se fosse avançar uma explicação metafísica de teorias, obras literárias e pessoas, cuja tese principal é que estas são entidades criadas, então conseguir-se-ia explicar as suas condições de existência. De outra forma, qualquer teoria assim estaria irremediavelmente fracassada e sem qualquer base metafísica efectiva.

2 A ontologia das entidades ficcionais

Os defensores do realismo ficcional e os defensores do irrealismo ficcional avançam dois tipos diferentes de argumentos a favor ou contra postular entidades ficcionais na nossa ontologia. O primeiro tipo foi

inspirado pelos dados linguísticos da nossa conversação sobre personagens ficcionais. O segundo e mais recente tipo apoia-se em considerações ontológicas genuínas.

2.1 Argumentos linguísticos

Considere-se as seguintes frases que aparentemente envolvem referência a entidades ficcionais:

- (1) Medardo era Visconde de Terralba.
- (2) Medardo é uma personagem ficcional.
- (3) A personagem de Medardo foi criada por Italo Calvino.
- (4) Medardo é uma personagem tão realista quanto Zaphod Beeblebrox.
- (5) Há personagens ficcionais que nunca poderiam ter sido retratadas antes da criação de Miss Marple.
- (6) Mary Shelley pensou em Frankenstein pela primeira vez na Suíça.
- (7) Conrad era melhor marinheiro que Marlow.

Evans (1982: capítulo 10) distingue originalmente dois usos diferentes que os falantes podem fazer de frases tais como (1)-(7). Quando fazem aquilo a que chama um uso *conivente*, o falante envolve-se em fingimento ou faz-de-conta (cf. Walton 1973). Quando fazem aquilo a que chama um uso *não-conivente*, o falante envolve-se em asserções sérias, com condições de verdade reais e, portanto, valores de verdade reais. Quando Calvino profere (1) ao contar *O Visconde Cortado ao Meio* envolve-se num acto de fingimento e, por conseguinte, faz um uso conivente da frase. Mas quando um estudante profere (1) ao responder a uma pergunta durante um exame em Literatura Italiana, ele envolve-se num acto de asserção genuíno, logo, num uso não-conivente, pois ele diz como as coisas são de acordo com a história (em alternativa, Currie 1990 e García-Carpintero 2007 argumentam que as elocuições de Calvino são instâncias de um acto de fala genuíno,

caracterizado por uma intenção especial para fazer a audiência imaginar que Medardo era tal e tal). Assim, ao analisar o discurso sobre personagens ficcionais, é mais apropriado falar acerca de *elocuições* ou *usos* de frases que parecem fazer referência a entidades ficcionais, do que falar apenas acerca de frases.

Segundo a exposição de Russell 1905, a ideia de Meinong 1904 era que toda a expressão denotativa representa algo e que aquilo que uma expressão denotativa representa é o significado de tal expressão. Dado que frases que contêm expressões denotativas como ‘Medardo’ claramente têm significado, as expressões têm de representar alguma coisa. Uma vez que Medardo não existe, o nome tem de denotar um indivíduo não-existente. Russell 1905a, 1905b objecta à teoria de Meinong pelas razões que descrevemos no §1.1. Mas ele também oferece uma solução alternativa em termos da sua teoria das descrições. Ele segue Frege 1892 ao distinguir entre o significado e a denotação de uma expressão denotativa. Contudo, ao contrário de Frege, precisamente no início de “On Denoting” ele afirma que uma expressão pode ser denotativa e, ainda assim, não denotar coisa alguma: uma expressão denotativa é denotativa não em virtude de ser acerca de algo, mas em virtude da sua *forma lógica*. Por exemplo, a expressão denotativa ‘o actual Rei de França’ não tem denotação (porque França não tem Rei). No entanto, a frase ‘O actual Rei de França é calvo’ tem significado e deve ser analisada em termos de variáveis, quantificadores, predicados e conectivas lógicas. Mais especificamente, o seu significado é dado pelas seguintes três proposições:

- (i) Há pelo menos um actual Rei de França;
- (ii) Há no máximo um actual Rei de França;
- (iii) Tudo o que é um actual Rei de França é calvo.

Por outras palavras, a frase significa que o único Rei de França é calvo. Uma vez que nenhum indivíduo satisfaz o predicado ‘é um actual Rei de França’, segundo Russell a frase é simplesmente falsa. Russell pensava que os nomes próprios são descrições definidas disfarçadas e deviam, por isso, ser analisados da mesma forma. O nome ‘Medardo’ é apenas uma abreviatura de uma expressão maior, sem denotação, tal como ‘o Visconde cortado ao meio’. Portanto, a frase ‘Medardo

era Visconde de Terralba' é para ser analisada como: há pelo menos um Visconde cortado ao meio; há no máximo um Visconde cortado ao meio; e todo o Visconde cortado ao meio é Visconde de Terralba. Dito de outro modo, o único Visconde cortado ao meio é Visconde de Terralba. Novamente, tal como acima, a frase original tem pleno significado mas também é falsa porque não existe um único Visconde cortado ao meio que satisfaça o predicado 'é Visconde de Terralba'.

A análise de Russell implica que as frases que contêm nomes ficcionais (e, em geral, nomes não-denotativos) são todas falsas, porém, (1)-(7) são intuitivamente verdadeiras. Além do mais, frases tais como 'Medardo era um príncipe dinamarquês' são claramente falsas, mas intuitivamente isto não é devido ao fracasso de denotação da expressão do sujeito, mas porque, de acordo com *O Visconde Cortado ao Meio*, de Calvino, Medardo não era um príncipe dinamarquês. Os relatos de como as personagens são descritas nas histórias podem ser interpretados como elocuições produzidas de uma perspectiva interior à ficção ou podem ser interpretados como elocuições produzidas de uma perspectiva exterior à ficção. Chame-se *afirmações intraficcionais* às primeiras, e *afirmações metaficcionais* às segundas. As afirmações intraficcionais são para ser analisadas como usos coniventes realizados pelo autor de ficção ao contar histórias (ou como instâncias de um acto de fala especial) ou como uma continuação natural do envolvimento imaginativo do leitor com a história. As afirmações metaficcionais são normalmente analisadas como usos não-coniventes de uma frase que contém um operador 'de acordo com a ficção' implícito.

Predelli 1997 descreve a perspectiva do operador como uma espécie de perspectiva de substituição: uma elocução de (1) no seu uso não-conivente é para ser analisada em termos de uma frase maior na qual a frase explicitamente proferida está encaixada no operador 'de acordo com a ficção'. Nesta perspectiva, 'De acordo com *O Visconde Cortado ao Meio*, Medardo é Visconde de Terralba' é um relato do que é o caso na história de Calvino. Lewis 1978 introduziu inicialmente o operador de ficção como um operador intensional para servir de quantificador restrito sobre os mundos qualitativos da história, i.e. aqueles mundos possíveis nos quais a história é contada como facto conhecido. Numa concepção irrealista, o operador de ficção funciona como um quantificador restrito em certas *dicta* ou propo-

sições. Por outras palavras, aquilo que é dito ser verdade na ficção é um certo *dictum* ou proposição e não a afirmação, sobre alguma coisa particular ou *res*, de que a mesma tem uma certa propriedade (cf. Rorty 1982; Lamarque-Olsen 1994; Orenstein 2003). Segundo a análise original de Russell, o nome ‘Medardo’ deve ser substituído pela descrição equivalente ‘o Visconde cortado ao meio’. Russell distingue duas análises de (1) diferentes, dependendo de a descrição definida ter uma ocorrência primária ou uma ocorrência secundária. Conforme a primeira leitura, (1) seria analisada como: ‘Há exactamente um Visconde cortado ao meio e, de acordo com *O Visconde Cortado ao Meio*, ele é Visconde de Terralba’. Uma vez que não existe um único Visconde cortado ao meio, (1) resultaria falsa. Conforme a segunda leitura, (1) seria analisada como: ‘De acordo com *O Visconde Cortado ao Meio*, há exactamente um Visconde cortado ao meio e ele é Visconde de Terralba’. E dado que isto é o que conta a história, (1) resultaria verdadeira, como é suposto.

Uma dificuldade para a perspectiva do operador surge quando se considera que há muitos usos não-coniventes de frases sobre personagens ficcionais que não podem ser encaixadas no operador de ficção, nomeadamente, as afirmações *extraficcionais* (2)-(7). Por exemplo, (2) não pode ser compreendida como elíptica de ‘de acordo com *O Visconde Cortado ao Meio*, Medardo é uma personagem ficcional’, pois de acordo com a história ele é um homem de carne e osso (cf. Lewis (1978: 38)). Phillips 2000 e Brock 2002 estendem a estratégia do operador à análise de frases *extraficcionais* ao introduzirem um operador que apela à presunção realista de que estas frases envolvem referência genuína a entidades ficcionais. Por exemplo, (2) seria analisada como: ‘de acordo com a ficção realista, Medardo é uma personagem ficcional’. Desde que as frases complexas resultantes sejam lidas *de dicto*, qualquer compromisso aparente com entidades ficcionais parece desaparecer.

Contudo, uma outra dificuldade para a perspectiva do operador surge de preocupações com o que nos *concerne* quando (pensamos e) falamos sobre personagens ficcionais (Eagle 2007; Doggett and Egan 2007; Currie 2010). Quando dizemos que Medardo é Visconde de Terralba não parece que estamos a falar sobre a história de Calvino (nem sempre, pelo menos). Estamos a falar sobre Medardo, a personagem ficcional descrita naquela história. O objecto da nos-

sa consideração é Medardo, a personagem descrita na história como sendo Visconde de Terralba, não a história *O Visconde Cortado ao Meio* enquanto contendo tal informação. O mesmo tipo de consideração pode ser estendida à análise de Phillips e Brock. (Ver originalmente Yablo 2001 para uma preocupação semelhante a respeito da interpretação de frases contendo referência a números interpretadas no interior de uma abordagem ficcionista da matemática.)

Em alternativa, pode-se prescindir da perspectiva do operador e defender que os usos de frases aparentemente verdadeiras tais como (1)-(7) envolvem algum tipo de fingimento ou faz-de-conta. Elocuções coniventes de frases que envolvem nomes próprios ficcionais, possuiriam não compromissos ontológicos genuínos, mas a fingir. Por exemplo, quando Calvino proferiu (1) ao contar *O Visconde Cortado ao Meio*, ele proferiu uma frase fingindo que o nome ‘Medardo’ refere. Isto implica que, no contexto de contar *O Visconde Cortado ao Meio*, (1) não tem condições de verdade genuínas, mas meramente *ficcionais*, e tem igualmente um valor de verdade *ficcional*. Do mesmo modo, a minha elocução de (1), como uma continuação da actividade imaginativa de Calvino, envolveria o mesmo tipo de fingimento segundo o qual há um indivíduo x ao qual o nome ‘Medardo’ se refere. Elocuções de (2)-(7) estenderiam o fingimento relevante para lá do fingimento original do autor. De acordo com Walton (1990: 51, 406, 409), os dois casos envolvem dois tipos diferentes de fingimento. No primeiro caso, os falantes entram no jogo do faz-de-conta *autorizado* pela história, que é um suporte que dita como devem as coisas ser imaginadas. No segundo caso, eles entram num jogo *não oficial* do faz-de-conta no qual podem não haver restrições dadas pela história. A desvantagem óbvia da teoria do fingimento é que não consegue dar conta da intuição forte de que as elocuições (2)-(7) envolvem condições de verdade genuínas e valores de verdade genuínos (cf. Thomasson 1999; Van Inwagen 2000).

Um problema de maior para a análise de nomes próprios de Russell é que mesma implica que aqueles são *sinónimos* de descrições definidas, porque todo o nome próprio é substituído por uma descrição definida equivalente. Existem, ainda assim, argumentos amplamente aceites que mostram que a análise está errada (cf. Donnellan 1972; Kripke 1972/1980; Evans 1973, 1982). Pode-se experimentar restringir o descritivismo sinonímico a nomes ficcionais (e, mais geral-

mente, a nomes não-denotativos) e rejeitá-lo para nomes com referência (cf. Currie 1988; (1990: 158-62)). Mas há razões para duvidar igualmente desta opção (cf. Adams et al. 1997). Em opção, pode-se defender uma semântica uniforme para nomes próprios ficcionais inspirada pelo Referencialismo ou Teoria da Referência Directa, segundo a qual, a contribuição semântica de um nome para a proposição expressa por uma elocução de uma frase contendo tal nome, é o seu referente, se tiver algum. Uma forma de Referencialismo particularmente forte é o Millianismo, segundo o qual o conteúdo semântico de um nome próprio *esgota-se* no seu referente individual. Isto implica também que se um nome não tem referente, então não tem conteúdo semântico ou, talvez, não é um nome genuíno. Um problema para o Referencialismo sobre nomes ficcionais numa concepção irrealista é como explicar o significado de tais nomes. As soluções paradigmáticas normalmente apelam a algum tipo de informação associada.

Segundo o Referencialismo, elocuições de frases contendo nomes próprios expressam proposições singulares, i.e. proposições que são acerca de um indivíduo particular em virtude de terem tal indivíduo como constituinte (cf. Kaplan (1989: 512-13)). Uma elocução de 'O Monte Branco é a montanha mais alta nos Alpes' expressa uma proposição singular que pode ser representada convencionalmente pelo (embora não seja idêntica ao) par ordenado <Monte Branco, ser-a-montanha-mais-alta-nos-Alpes> tendo o próprio Monte Branco enquanto um constituinte individual na posição de sujeito, e a propriedade de ser-a-montanha-mais-alta-nos-Alpes na posição de predicado. Dada a suposição de que não há entidades ficcionais, os nomes próprios ficcionais não têm referentes. E isto pode ser tomado como uma base para sustentar que elocuições de frases contendo nomes próprios ficcionais ou não expressam nenhuma proposição ou expressam uma proposição incompleta.

Os defensores da teoria da nenhuma-proposição podem argumentar que o significado e valor de verdade aparentes de (elocuições de) frases que não expressam nenhuma proposição, relaciona-se com o que é implicado pragmaticamente, e não com o que é expresso semanticamente (e.g., Taylor 2000). Outros apelam à noção de fingimento e afirmam que o significado e valor de verdade aparentes de tais frases são meramente ficcionais (Evans 1982; Walton 1990;

Recanati 2000). No entanto, uma dificuldade para esta perspectiva consiste em especificar o fingimento relevante. Segundo Walton (396-405), uma asserção a fingir de uma frase como (1) é um acto de um tipo específico, que podemos chamar *K*. Quando se faz um uso não-conivente de (1), o que se asserre genuinamente é que *O Coração das Trevas* é tal que se uma pessoa se envolver num fingimento do tipo *K* num jogo autorizado para esta história, torna ficcional acerca dele próprio nesse jogo que ele fala verdade. Mas como se consegue identificar *K*? Quando não existe qualquer referência aparente a personagens ficcionais, Walton aponta uma forma puramente descritiva de especificar o fingimento relevante. Assim, por exemplo, se a frase proferida for ‘o Visconde cortado ao meio era Visconde de Terralba’, aquilo que é dito é que *O Visconde Cortado ao Meio* é tal que se se asserir ficcionalmente que o Visconde cortado ao meio era Visconde de Terralba num jogo autorizado para esta história, torna ficcional acerca dele próprio nesse jogo que ele fala verdade. Infelizmente, não está disponível uma tal paráfrase para (1), pois a frase maior mantém a referência aparente a Medardo. Esta interpretação semântica tem sido fortemente criticada (cf. Richard 2000). Ademais, no interior desta interpretação não se consegue identificar *K* e, logo, não se consegue distingui-lo de qualquer outro tipo de asserção a fingir de frases envolvendo nomes próprios não-referenciais. Por exemplo, não se consegue distinguir uma asserção a fingir de (1) de uma asserção a fingir de ‘O Dr. Trelawney é Visconde de Terralba’, ambas ditas num jogo do faz-de-conta para *O Visconde Cortado ao Meio*. Isto é, nesta proposta não se consegue explicar o que faz com que *K* seja um tipo de fingimento sobre Medardo que pode ser distinguido de um tipo diferente de fingimento sobre o Dr. Trelawney.

Aqueles que assumem alguma versão da teoria das proposições incompletas conseguem explicar facilmente o significado de frases envolvendo nomes vazios ao afirmarem que elas expressam proposições incompletas. Uma elocução de (1) expressa uma proposição incompleta que pode ser representada convencionalmente pelo par ordenado <____, ser-Visconde-de-Terralba>, não tendo coisa alguma como constituinte individual na posição de sujeito, e tendo a propriedade ser-Visconde-de-Terralba na posição de predicado. Braun 1993, 2005 defende que frases da forma ‘*a* é *F*’, onde *a* é um nome vazio, são falsas (para críticas, ver Adams et al. 1997; Adams and Ste-

cker 1994; Everett 2003). Salmon 1998 e Adams and Dietrich 2004 defendem que aquelas frases não são verdadeiras nem falsas. Além disto, Braun 2005 e Adams et al. 1997 defendem que frases como ‘De acordo com *O Visconde Cortado ao Meio*, Medardo é Visconde de Terralba’ podem ser verdadeiras. Mas eles discordam acerca de frases extraficcionais como ‘Medardo é uma personagem ficcional’. Braun defende uma explicação híbrida de nomes ficcionais como referenciais e não-referenciais em contextos diferentes, e sustenta uma versão de criacionismo ficcional para afirmações extraficcionais. Adams et al. defendem uma explicação uniforme de nomes ficcionais como não-referenciais em todos os contextos e mantêm que as afirmações extraficcionais podem ser verdadeiras apesar dos nomes ficcionais não referirem.

Uma desvantagem das teorias das proposições incompletas é que frases diferentes dirigidas a personagens ficcionais diferentes podem expressar exactamente a mesma proposição incompleta, e.g. (1) e ‘O Dr. Trelawney é Visconde de Terralba’. Portanto, algo diferente da referência dos nomes tem de ser relevante para a sua identificação. Adams and Stecker 1994 originalmente sugeriram que os nomes ficcionais podem ser usados para invocar informação através de mecanismos pragmáticos Griceanos. Elocuções diferentes de frases diferentes, que expressam semanticamente a mesma proposição incompleta, pragmaticamente comunicam implicações diferentes que envolvem descrições diferentes associadas aos nomes (para críticas, ver Reimer 2001; Everett 2003; Green 2007). Braun apela às diferentes *formas* em que uma proposição incompleta pode ser imaginada. Mas, porém, ele não explica o que faz com que certos tipos de formas de imaginar sejam dirigidas a Medardo, enquanto que outras são dirigidas para o Dr. Trelawney, se as duas personagens não existem. Por outras palavras, ainda é preciso explicar o que faz com que certos tipos de imaginar contem como *Medardoadas* [Medardo-ish], enquanto que outros contam como *Dr. Trelawneyadas* [Dr. Trelawney-ish] (cf. Friend 2011b). Ao invés, Friend (2011b, no prelo) oferece uma explicação alternativa em termos de participação naquilo que Perry 2001 chama *redes-nocionais*, mas ela não desenvolve uma explicação completa de como individuar redes não-referenciais. Salis 2013, pelo contrário, oferece uma tal explicação em termos de participação nas práticas de uso-de-nomes à maneira de Sainsbury 2005, individuadas

pela sua origem num baptismo (em que os nomes podem ser vazios).

Contra o descritivismo e o Millianismo, Sainsbury 2005 argumenta que os nomes próprios, com ou sem referentes, têm significados não-descritivos especificados ao estilo da teoria da verdade de Davidson. Ele assume também a Lógica Livre Negativa, segundo a qual todas as frases atômicas que envolvem termos singulares não-referenciais consideram-se apenas como sendo claramente falsas. A Lógica Livre Negativa é motivada pela suposição fundamental da bivalência. Uma frase verdadeira é aquela para a qual a predicação tem ela própria uma extensão (o seu conjunto correspondente que contém pelo menos um indivíduo do qual a propriedade pode ser predicada com verdade) e predica uma propriedade que um objecto possui. Uma frase falsa é aquela que não é verdadeira (que é falsa), ou porque o objecto do qual uma certa propriedade é predicada não está na extensão do predicado ('Esta página é azul' quando esta página não é azul), ou porque um termo singular não refere ('Medardo é um Visconde' quando 'Medardo' é um nome vazio). Obviamente, o maior problema para esta perspectiva seria explicar a verdade aparente das frases (1)-(7). Mas Sainsbury 2010 desenvolve uma tal explicação em termos de verdade relativa à pressuposição.

2.2 Argumentos teóricos

Os defensores do realismo ficcional sugeriram alguns argumentos a favor da aceitação da existência de entidades ficcionais apoiados em considerações ontológicas genuínas. O primeiro destes argumentos foi avançado por Thomasson (1999: 143), que sugeriu originalmente que não podemos rejeitar objectos ficcionais se admitimos obras literárias de ficção. Uma vez que os objectos ficcionais e as obras ficcionais pertencem ao mesmo tipo de entidades (isto é, aos artefactos criados abstractos) seria falsa parcimónia aceitar uns e rejeitar os outros. No entanto, conforme mencionámos acima no § 1.3, Iacona and Voltolini (2002: 286-7) já observam que o argumento de Thomasson é disputável, pois assume que os objectos ficcionais e obras ficcionais são entidades do mesmo tipo. Mesmo admitindo que ambas são entidades abstractas que partilham o mesmo tipo de relações de dependência com outras entidades, a própria Thomasson reconhece que elas são de tipos diferentes: enquanto que as obras

ficcionalis são entidades semântico-sintácticas, as entidades ficcionais não são. Thomasson (2003a: 147-151), 2003b sugere posteriormente que seria falsa parcimónia rejeitar entidades de um dado tipo enquanto se admite outras entidades que são logicamente suficientes para a existência daquelas. As obras ficcionais são logicamente (isto é, conceptualmente) suficientes para a existência das entidades ficcionais. Mas vimos que a explicação dela das condições de existência de entidades ficcionais e os argumentos semelhantes apresentados pelos defensores do criacionismo ficcional não são bem sucedidos (cf. § 1.3).

Voltolini 2003, (2006: 241-245) sugere que se admitimos um certo tipo de entidade, não podemos senão admitir todos os outros tipos de entidades que figuram nas condições de identidade da primeira. Uma vez que admitimos obras ficcionais, e uma vez que entidades ficcionais figuram nas condições de identidade de obras ficcionais, também não podemos senão admitir objectos ficcionais. Ele defende que as entidades ficcionais surgem apenas quando nós (enquanto leitores ou críticos literários) reflectimos, de fora da história, no facto de que um certo jogo do faz-de-conta determina certos conjuntos de propriedades (cf. (2006: capítulos 3-4), especialmente 84-89). Resumidamente, ele argumenta que uma entidade ficcional é uma entidade composta abstracta cujos elementos são, por um lado, o processo-tipo do faz-de-conta no qual um autor finge que existe um indivíduo concreto (tipicamente) que tem certas propriedades (explícitas e implícitas) e, por outro lado, o conjunto de propriedades do indivíduo a fingir que foram “mobilizadas” na história. García-Carpintero 2009 já tinha apontado que esta visão tem alguns aspectos peculiares, sendo o mais relevante o de não parecer encaixar numa posição realista sobre personagens ficcionais. Voltolini argumenta que não está envolvido qualquer compromisso ontológico genuíno com entidades ficcionais em processos-tipos do faz-de-conta, uma vez que estes são realizados num contexto de fingimento (76-78). Ele critica as perspectivas intencionalistas, incluindo o criacionismo de Thomasson, que afirmam que actos mentais como imaginar ou sonhar acordado requerem a existência das entidades acerca das quais aqueles são. Mas agora podemos-nos questionar por que razão reflectir sobre um processo-tipo faz-de-conta, enquanto mobilizando um certo conjunto de propriedades, nos deve comprometer com a existência de uma entidade (ficcional) adicional, nomeadamente, a en-

tidade processo-tipo-faz-de-conta-mais-conjunto-de-propriedades. Enquanto esta questão não receber resposta, é difícil compreender como é que as entidades ficcionais podem constar nas condições de identidade de obras ficcionais.

Everett 2005 compôs recentemente uma série de críticas ontológicas contra o realismo ficcional, inspirado pelas objeções originais de Russell 1905a, 1905b a Meinong. Everett apresenta dois princípios corriqueiros baseados na ideia de que as personagens ficcionais que aceitamos que ocorrem numa história é algo dependente de como é o mundo dessa história:

P1: Se o mundo de uma história envolve uma criatura *a*, e se *a* não é uma coisa real, então *a* é uma personagem ficcional.

P2: Se uma história envolve *a* e *b*, e se *a* e *b* não são coisas reais, então *a* e *b* são idênticas no mundo da história se, e somente se, a personagem ficcional de *a* é idêntica à personagem ficcional de *b*.

Dado que as nossas intuições de que (P1) e (P2) são verdadeiras parecem, pelo menos, tão fortes como as nossas intuições de que as frases (1)-(7) são verdadeiras, os defensores do realismo ficcional estão comprometidos com ambos os princípios.

A primeira objeção de Everett começa por considerar uma história compreensível segundo a qual a natureza do próprio mundo é indeterminada. Se o mundo da história é tal que é indeterminado se um indivíduo *a* é idêntico a um indivíduo *b*, e *a* e *b* não são coisas reais, então (P2) implica que é indeterminado se a personagem de *a* é idêntica à personagem de *b*. Isto seria um caso de *indeterminação ôntica perniciosa* sobre a natureza do próprio mundo, que deve ser distinguida daquilo que Everett chama *indeterminação conceptual* ou *benigna* sobre, e.g., questões de identidade intertextual tais como se o Fausto de Christopher Marlowe é a mesma personagem que o Fausto de Goethe. A segunda objeção de Everett é sobre a possível existência vaga ou existência indeterminada de uma personagem. Se, de acordo com a história, é indeterminado que uma certa personagem *a* existe, então (P1) implica que é indeterminado se *a* existe. Isto implica ainda que se o realismo ficcional fosse verdadeiro, então os seres humanos podiam gerar casos de indeterminação ôntica conforme quisessem, simplesmente por escreverem ficção. Mas é óbvio, diz Everett, que

não temos este grau de controlo sobre a natureza metafísica do mundo. A terceira objecção de Everett começa por ter em conta que uma história pode descrever um mundo impossível no qual as leis da lógica ou identidade falham. Por (P1) e (P2), aquilo que existe no mundo de uma história determina que personagens ficcionais ocorrem nessa história. Portanto, várias impossibilidades no mundo de uma história determinarão várias impossibilidades sobre as personagens ficcionais que ocorrem nessa história. Logo, os defensores do realismo ficcional parecem estar comprometidos com a existência de objectos logicamente incoerentes. Mas é certo que não podemos violar as leis da lógica e identidade por inventarmos histórias.

Howell 2010 reconhece a força dos argumentos de Everett. Schnieder and Von Solodkoff 2009 e Voltolini 2010 sugerem, ao invés, que uma distinção entre indeterminação ôntica *dentro de uma história* e indeterminação ôntica *fora de uma história* talvez permita rebater a parte da crítica referente à indeterminação. Ainda assim, isto requereria alguma explicação alternativa das condições de identidade de entidades ficcionais que não apele a como a história descreve que elas são. Em opção, pode-se regressar a qualquer uma das duas distinções alternativas Neo-Meinongianas entre modos de predicação diferentes ou propriedades diferentes. Tal como vimos no §1.1 estas distinções parecem ser obscuras ou simplesmente *ad hoc*. E assim, ainda persiste o debate entre os defensores do realismo ficcional e do irrealismo ficcional.¹

Fiora Salis
Centro de Filosofia
Universidade de Lisboa Faculdade de Letras
Alameda da Universidade 1600-214 Lisboa, Portugal
LANCOG and LOGÓS

Referências

- Adams, Fred and Dietrich, Laura. 2004. What's in a(n empty) name? *Pacific Philosophical Quarterly* 85: 125-148.
Adams, Fred; Fuller, Gary and Stecker, Robert. 1997. The semantics of fictional names. *Pacific Philosophical Quarterly* 78: 128-148.
Adams, Fred and Stecker, Robert. 1994. Vacuous singular terms. *Mind & Lan-*

¹ Agradeço a Stacie Friend, Manuel García-Carpintero e Alberto Voltolini pelos comentários muito úteis a uma versão anterior deste artigo.

- guage 9: 387-401.
- Berto, Francesco. 2011. Modal Meinongianism and Fiction: the Best of Three Worlds. *Philosophical Studies* 152: 313-334.
- Bonomi, Andrea. 2008. Fictional Contexts. In *Perspectives on context*. Edited by P. Bouquet, L. Serafini e R. Thomason. Stanford: CSLI Publications.
- Braun, David. 2005. Empty Names, Fictional Names, Mythical Names. *Noûs* 39(4): 596-631.
- Brentano, Fanz. 1874. *Psychology from an Empirical Standpoint*. Translated by Anto C. Rancurello, D. B. Terrell, and Linda L. McAlister. Introduction by Peter Simons. London: Routledge, 1995.
- Brock, Stuart. 2010. The Creationist Fiction: The Case against Creationism about Fictional Characters. *Philosophical Review* 119(3): 337-364.
- Brock, Stuart. 2002. Fictionalism about Fictional Characters. *Noûs* 36(1): 1-21.
- Castañeda, Héctor Neri. 1990. Fiction, Perception, and Forms of Predication. In *Thinking and the Structure of the World*. Edited by Klaus Jacobi and Helmut Pape. Berlin-New York: de Gruyter.
- Castañeda, Héctor Neri. 1989. *Thinking, Language, and Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Currie, Gregory. 2010. Tragedy. *Analysis* 70: 632-638.
- Currie, Gregory. 1990. *The Nature of Fiction*. Cambridge University Press.
- Currie, Gregory. 1988. Fictional names. *Australian Journal of Philosophy* 66: 471-488.
- Deutsch, Harry. 1991. The Creation Problem. *Topoi* 10: 209-25.
- Doggett, Tyler and Egan, Anthony. 2007. Wanting Things You Don't Want: The Case for an Imaginative Analogue of Desire. *Philosophers' Imprint* 7(9): 1-16.
- Donnellan, Keith. 1974. Speaking of Nothing. *The Philosophical Review* 83: 3-31.
- Donnellan, Keith. 1972. Proper Names and Identifying Descriptions. In *The Semantics of Natural Language*. Edited by Donald Davidson and Gilbert Harman. Dordrecht: Reidel.
- Eagle, Anthony. 2007. Telling tales. *Proceedings of the Aristotelian Society* 107: 125-147.
- Evans, Gareth. 1982. *The Varieties of Reference*. Oxford: Clarendon Press.
- Evans, Gareth. 1973. The causal theory of names. *Aristotelian Society Supplementary Volumes* 47: 187-208.
- Everett, Anthony. 2007. Pretense, Existence, and Fictional Objects. *Philosophy and Phenomenological Research* 74(1): 56-80.
- Everett, Anthony. 2005. Against fictional realism. *The Journal of Philosophy* 102(12): 624-649.
- Everett, Anthony. 2003. Empty names and 'gappy' propositions. *Philosophical Studies* 116: 1-36.
- Everett, Anthony and Hofweber, Thomas. (Eds.) 2000. *Empty Names, Fiction and the Puzzles of Nonexistence*. Stanford: CSLI Publications.
- Friend, Stacie. No Prelo. Notions of Nothing. In *Thinking and Talking about Nothing*. Edited by Manuel García-Carpintero and Genoveva Martí. Oxford: Oxford University Press.
- Friend, Stacie. 2011a. Fictive Utterance and Imagining II. *Aristotelian Society Supplementary Volume* 85(1): 163-180.
- Friend, Stacie. 2011b. The great beetle debate. *Philosophical Studies* 15: 183-211.
- Friend, Stacie. 2008. Imagining Fact and Fiction. In *New Waves in Aesthetics*. Edited by Kathleen Stock and Katherine Thomsen-Jones. Palgrave Macmillan.
- Friend, Stacie. 2007. Fictional Characters. *Philosophy Compass* 2(2): 141-156.
- Friend, Stacie. 2003. How I really feel about JFK. In *Imagination, Philosophy and the Arts*. Edited by Matthew Kieran and Dominic M. Lopes. London: Routledge.
- García-Carpintero, Manuel. No Prelo. Fictive Force. *British Journal of Aesthetics*.

- García-Carpintero, Manuel. 2009. Voltolini's Ficta. *Dialectica* 63(1): 57-66.
- García-Carpintero, Manuel. 2007. Fiction-Making as a Gricean Illocutionary Type. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism* 65(2): 203-216.
- Geach, Peter Thomas. 1971. Review of Rush Rhees, Without Answers. *Journal of Philosophy* 68: 531-532.
- Goodman, Jeffrey. 2004. A Defense of Creationism in Fiction. *Grazer Philosophische Studien* 67: 131-55.
- Green, Mitchell. 2007. Direct reference, empty names, and implicature. *Canadian Journal of Philosophy* 37: 419-437.
- Griffin, Nicholas. 1985-86. Russell's Critique of Meinong's Theory of Objects. In *Non-Existence and Predication*. Edited by Rudolf Haller. Amsterdam: Rodopi. Also in *Grazer Philosophische Studien* 25(26): 375-401.
- Howell, Robert. 2010. Fictional Realism and Its Discontents. In *Lihoreau 2010*.
- Howell, Robert. 1979. Fictional Objects: How They Are And How They Aren't. *Poetics* 8: 129-77.
- Iacona, Andrea e Voltolini, Alberto. 2002. Review of Amie Thomasson's Fiction and metaphysics. *Dialectica* 56(3): 284-287.
- Ingarden, Roman. 1931. *Das literarische Kunstwerk*. Tübingen: Niemeyer. Translated by G.G. Grabowicz, *The Literary Work of Art*. Evanston: Northwestern University Press, 1973.
- Jacquette, Dale. 1996. *Meinongian Logic. The Semantics of Existence and Nonexistence*. Berlin-New York: de Gruyter.
- Kaplan, David. 1973. Bob and Carol and Ted and Alice. In *Approaches to Natural Language*. Edited by K.J.I. Hintikka, J.M.E. Moravcsik and P. Suppes. Dordrecht: Reidel.
- Kripke, Saul. 2013. *Reference and Existence*. Oxford: Oxford University Press.
- Kripke, Saul. 1980. *Naming and Necessity*. Oxford: Blackwell.
- Kroon, Frederick. 1994. Make-Believe and Fictional Reference. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism* 42: 207-214.
- Lamarque, Peter and Olsen, Stein H. 1994. *Truth, Fiction, and Literature*. Oxford: Clarendon Press.
- Lewis, David K. 1970. Anselm and Actuality. *Noûs* 4: 175-88.
- Lewis, David K. 1978. Truth in Fiction. *American Philosophical Quarterly* 15:37-46.
- Lewis, David K. 1983a. Postscripts to 'Truth in Fiction'. In *Philosophical Papers* Vol. 1. Oxford: Oxford University Press.
- Lewis, David K. 1983b. Individuation By Acquaintance And By Stipulation. *Philosophical Review* 92: 3-32.
- Lewis, David K. 1986. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Blackwell.
- Lewis, David K. 1990. Noneism or Allism? *Mind* 99: 23-31.
- Lihoreau, Franck. (Ed.) 2010. *Truth in Fiction*. Munich: Ontos Verlag.
- Marek, Johan. 2009. Alexius Meinong. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2009 Edition). Edited by E.N. Zalta. <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2009/entries/meinong/>>
- Mally, Ernst. 1912. *Gegenstandstheoretische Grundlagen der Logik und Logistik*. Leipzig: Barth.
- Meinong, Alexius. 1904. Über Gegenstandstheorie. In *Untersuchungen zur Gegenstandstheorie und Psychologie*. Edited by A. Meinong. Leipzig: Barth. Reprinted in *Gesammelte Abhandlungen* (Gesamtausgabe bd. II), Graz: Akademische Druck- und Verlagsanstalt, 1971. Translated by I. Levi, D.B. Terrell, and R.M. Chisholm, in *Realism and the Background of Phenomenology*. Edited by R. Chisholm. Glencoe: Free Press, 1960.
- Meinong, Alexius. 1915. Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit. In *Alexius Meinong Gesamtausgabe* VI. Edited by Rudolf Haller and Rudolf Kindinger. Graz: Akademische Druck- und Verlagsanstalt, 1972.

- Meinong, Alexius. 1907. Über die Stellung der Gegenstandstheorie im System der Wissenschaften. In *Alexius Meinong Gesamtausgabe V*. Edited by Rudolf Haller and Rudolf Kindinger. Graz: Akademische Druck- und Verlagsanstalt, 1973.
- Meinong, Alexius. 1907. Über die Stellung der Gegenstandstheorie im System der Wissenschaften. Originally as Voigtlander, Leipzig. In *Gesamtausgabe* bd. V, Akademische Druck- und Verlagsanstalt, Graz, 1975.
- Orenstein, Alex. 2003. Fiction, Propositional Attitudes, and Some Truths about Falseness. *Dialectica* 57: 177-190.
- Parsons, Terence. 1975. A Meinongian Analysis of Fictional Objects. *Grazer Philosophische Studien* 1: 73-86.
- Parsons, Terence. 1980. *Nonexistent Objects*. New Haven: Yale University Press.
- Parsons, Terence. 1982. Are There Nonexistent Objects? *American Philosophical Quarterly* 19: 365-371.
- Pelletier, Francis. J. & Zalta, Edward. 2000. How to Say Goodbye to the Third Man. *Noûs* 34: 165-202.
- Perry, John. 2001. *Reference and reflexivity*. Stanford, CA: CSLI Publications.
- Phillips, John. 2000. Two Theories of Fictional Discourse. *American Philosophical Quarterly* 37: 107-119.
- Plantinga, Alvin. 1974. *The Nature of Necessity*. Oxford: Oxford University Press.
- Predelli, Stefano. 1997. Talk about fiction. *Erkenntnis* 46: 69-77.
- Priest, Graham. 2005. *Towards Non-Being. The Logic and Metaphysics of Intentionality*. Oxford: Clarendon Press.
- Quine, Willard van Orman. 1953. On What There Is. In *From a Logical Point of View*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Rapaport, William. 1978. Meinongian Theories and a Russellian Paradox. *Noûs* 12: 153-180.
- Raspa, Venanzio. 2001. Zeichen, 'schattenhafte' Ausdrücke und fiktionale Gegenstände: Meinongsche Überlegungen zu einer Semiotik des Fiktiven. *Zeitschrift für Semiotik* 23: 57-77.
- Recanati, François. 2000. *Oratio Obliqua, Oratio Recta*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Reimer, Marga. 2001a. The Problem of Empty Names. *Australasian Journal of Philosophy* 79(4): 491-506.
- Reimer, Marga. 2001b. A 'Meinongian' Solution to a Millian Problem. *American Philosophical Quarterly* 38(3): 233-248.
- Reimer, Marga. 1995. A defense of de re belief reports. *Mind and Language* 10: 446-463.
- Rorty, Richard. 1982. Is There a Problem about Fictional Discourse? In *Consequences of Pragmatism*. Brighton: The Harvester Press.
- Routley, Richard. 1980. *Exploring Meinong's Jungle and Beyond: Department Monograph 3*, Philosophy Department, Canberra: Australian National University.
- Russell, Bertrand. 1903. *Principles of Mathematics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Russell, Bertrand. 1905a. Review of: A. Meinong, *Untersuchungen zur Gegenstandstheorie und Psychologie*. *Mind* 14: 530-538. Reprinted in *Bertrand Russell. Essays in Analysis*. Edited by Douglas Lackey. London: Allen and Unwin.
- Russell, Bertrand. 1905b. On Denoting. *Mind* 14: 479-493.
- Russell, Bertrand. 1907. Review of: A. Meinong, *Über die Stellung der Gegenstandstheorie im System der Wissenschaften*. *Mind* 16: 436-439.
- Sainsbury, Mark. 2010. *Fiction and Fictionalism*. London: Routledge.
- Sainsbury, Mark. 2005. *Reference Without Referents*. Oxford: Oxford University Press.
- Salmon, Nathan. 1998. Nonexistence. *Noûs* 32(3): 277-319.

- Salis, Fiora. 2013. Fictional Names and the Problem of Intersubjective Identification. *Dialectica* 67(3): 283-301
- Searle, John R. 1983. *Intentionality. An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Searle, John R. 1974-75/1979. The Logical Status of Fictional Discourse. In *Expression and Meaning*, New York: Cambridge.
- Schiffer, Stephen. 1996. Language-Created Language-Independent Entities. *Philosophical Topics* 24: 149-66.
- Schnieder, Benjamin and von Solodkoff, Tatjana. 2009. In Defence of Fictional Realism. *The Philosophical Quarterly* 59: 138-149.
- Simons, Peter. 1992. On What There Isn't: The Meinong-Russell Dispute. In *Philosophy and Logic in Central Europe from Bolzano to Tarski. Selected Essays*. Dordrecht: Kluwer.
- Smith, Barry. 1980. Ingarden vs. Meinong on the Logic of Fiction. *Philosophy and Phenomenological Research* 4(1): 93-105.
- Soames, Scott. 2002. *Beyond Rigidity: The Unfinished Semantic Agenda of "Naming and Necessity"*. Oxford: Oxford University Press.
- Taylor, Kenneth. 2000. Emptiness Without Compromise. In *Empty Names, Fiction and the Puzzles of Non-Existence*. Edited by Anthony Everett and Thomas Hofweber. 2000. Stanford: CSLI Publications.
- Thomasson, Amie. 1999. *Fiction and Metaphysics*, New York: Cambridge.
- Thomasson, Amie. 2003a. Fictional Characters and Literary Practices. *British Journal of Aesthetics* 43(2): 138-57.
- Thomasson, Amie. 2003b. Speaking of Fictional Characters. *Dialectica* 57(2): 205-23.
- Thomasson, Amie. 1996a. Fiction and Intentionality. *Philosophy and Phenomenological Research* 56/2: 277-298.
- Thomasson, Amie. 1996b. Fiction, Modality, and Dependent Abstracta. *Philosophical Studies* 84: 295-320.
- Van Inwagen, Peter. 2005. Existence, Ontological Commitment, and Fictional Entities. *Oxford Handbook of Metaphysics*.
- Van Inwagen, Peter. 2000. Quantification and Fictional Discourse. In *Empty Names, Fiction and the Puzzles of Non-existence*. Edited by Anthony Everett and Thomas Hofweber. Stanford: CSLI Publications.
- Van Inwagen, Peter. 1977. Creatures of Fiction. *American Philosophical Quarterly* 14(4): 299-308.
- Voltolini, Alberto. 2013. Probably the Charterhouse of Parma does not exist, possibly not even *that* Parma. *Humana Mente* 25.
- Voltolini, Alberto. 2010. Against Against Fictional Realism. *Grazer Philosophische Studien* 80: 47-63.
- Voltolini, Alberto. 2006. *How Ficta Follow from Fiction*. Springer.
- Voltolini, Alberto. 2003. How Fictional Works Are Related to Fictional Entities. *Dialectica* 57: 225-238.
- Walton, Kendall. 1990. *Mimesis as Make-Believe*. Cambridge: Harvard.
- Wolterstorff, Nicholas. 1980. *Works and Worlds of Art*. New York: Oxford University Press.
- Yablo, Stephen. 2001. Go figure: A path through fictionalism. *Midwest Studies in Philosophy* 25: 72-102.
- Zalta, Edward N. 1983. *Abstract Objects. An Introduction to Axiomatic Metaphysics*. Dordrecht: Reidel.
- Zalta, Edward N. 1988. *Intensional Logic and the Metaphysics of Intentionality*. Cambridge: MIT Press.
- Zalta, Edward N. 1992. On Mally's Alleged Heresy: A Reply. *History of Philosophical Logic* 13(1): 59-68.

Zalta, Edward, N. 1995. Two (Related) World Views. *Noûs* 29(2): 189-211.